

1 **ATA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2026, CORRESPONDENTE**  
2 **AO SEGUNDO ANO DA LEGISLATURA 2025-2028, REALIZADA PELA CÂMARA**  
3 **MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE NO DIA 15 DE ABRIL DE 2026.**

4  
5 Aos quinze (15) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis (2026), no prédio sede da  
6 Câmara Municipal, situado na Rua Otaviano Augusto de Araújo, nº quarenta e dois (42), Centro,  
7 nesta cidade de Serra Negra do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, às dezoito horas e trinta  
8 minutos (18h30), realizou-se a Oitava Sessão Ordinária do Exercício de dois mil e vinte e seis  
9 (2026), presidida e secretariada, respectivamente, pelos Vereadores **JAIRO SOARES**  
10 **FLAUZINO** (Presidente) e **VÂNIA FERNANDES DE MEDEIROS** (1ª Secretária), registrando-  
11 se a presença dos Vereadores **ANA KARINNE ARAÚJO DA NÓBREGA**, **CARLOS**  
12 **EDUARDO JOB GOMES**, **ERALDO ALVES DE ARAÚJO**, **FRANCISCO INÁCIO NETO**,  
13 **JAIRO SOARES FLAUZINO**, **JOSÉ DE ARIMATÉIA DE ARAÚJO**, **JOSÉ ROBERTO**  
14 **GARCIA DE ARAÚJO**, **STENIO GOMES ARAÚJO** e **VÂNIA FERNANDES DE**  
15 **MEDEIROS**. Em seguida à realização da chamada dos vereadores e à constatação de quórum  
16 regimental, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão. Iniciado o Expediente, consultou o plenário  
17 quanto à dispensa da leitura da Ata da Sétima Sessão Ordinária, o que foi acatado por todos e, nada  
18 havendo a ser discutido, após votação, foi aprovada por unanimidade dos presentes. Na sequência,  
19 o Sr. Presidente, conforme o Requerimento nº 34/2026, de autoria do Vereador Jairo Flauzino,  
20 aprovado na sétima (7ª) Sessão Ordinária desta Casa Legislativa, suspendeu a presente sessão para  
21 convertê-la em **AUDIÊNCIA PÚBLICA DESTINADA À DISCUSSÃO DA ATUAÇÃO DOS**  
22 **SERVIÇOS DE SAÚDE AO MUNICÍPIO**, abordando, especialmente, a atuação da APAMI,  
23 entidade privada que recebe públicos, municipais para prestação de serviços à população. A seguir,  
24 deu-se início a audiência convidando para compor a Mesa a Secretária Municipal de Saúde, a **SRA.**  
25 **MARIA DE FÁTIMA BRITO**, que justificou sua ausência devido a sua participação em um  
26 evento na cidade de Natal, relacionado a saúde. Foram convidados também a direção da APAMI –  
27 **SÂNZIA LUCENA**, o **SR. PREFEITO MUNICIPAL - ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO**, cujo  
28 mesmo está participando de outros compromissos na capital a **PRESIDÊNCIA DO CONSELHO**  
29 **MUNICIPAL** e toda a Comunidade de Serra Negra do Norte. Após, o Sr. Presidente **JAIRO**  
30 **FLAUZINO** afirmou que o requerimento de sua autoria para que a Oitava Sessão Ordinária fosse  
31 transformada em audiência pública, foi acatado pela mesa diretora e pelos demais colegas  
32 vereadores. O Sr. Presidente abriu espaço para que o público presente tivesse a oportunidade de  
33 fazer questionamentos sobre a saúde. Após nenhum questionamento, dado início a audiência o  
34 Vereador **JAIRO FLAUZINO** convidou a compor a mesa a **Sra. SÂNZIA LUCENA DANTAS**.  
35 Em seguida o Vereador **JAIRO FLAUZINO** informou que a audiência pública foi convocada com  
36 o objetivo de buscar esclarecimentos sobre o funcionamento dos serviços no município,  
37 especialmente diante de fatos recentes. Destacou que tem realizado fiscalizações presenciais e  
38 divulgado essas ações nas redes sociais, como forma de transparência e prestação de contas à  
39 população. Ressaltou que sua atuação não possui caráter político-partidário, mas sim legal e  
40 institucional, no exercício do dever de fiscalização do mandato. Mencionou ainda que, durante  
41 visitas relacionadas à área da saúde, realizou registros em vídeo para garantir transparência e  
42 respaldo jurídico das ações. O vereador relatou um caso envolvendo paciente recém-operado que  
43 apresentou infecção e necessitou de transferência urgente. Informou que o paciente precisou  
44 deslocar-se da zona rural em veículo particular até a unidade de saúde, em condições de dor e  
45 agravamento do quadro clínico. Segundo o relato, ao chegar à unidade, foi constatada a  
46 necessidade imediata de transferência para outro município, porém não havia ambulância  
47 disponível no momento, pois as existentes estavam em viagem. O vereador afirmou ter solicitado  
48 providências junto à equipe de saúde para viabilizar a remoção do paciente, destacando a gravidade  
49 da situação e a urgência do atendimento. Ressaltou ainda que, posteriormente, o paciente foi

50 transferido e passou por procedimento para retirada de grande quantidade de líquido do organismo,  
51 enfatizando a importância de disponibilidade de ambulâncias para casos de urgência. O vereador  
52 afirmou que sempre procura agir com clareza e contundência em suas falas e destacou que o  
53 paciente mencionado anteriormente foi atendido após sua intervenção, quando a secretária enviou  
54 um motorista e foi localizada uma ambulância que, segundo ele, estava parada no APAMI. Relatou  
55 que a situação ganhou repercussão e ressaltou que sua atuação teve como objetivo a defesa da vida  
56 e o cumprimento do papel fiscalizador do mandato. O parlamentar levantou preocupação com  
57 possíveis casos de negligência na saúde municipal, afirmando que muitas pessoas teriam receio de  
58 denunciar por dependerem do serviço público. Defendeu a necessidade de melhorias no  
59 atendimento e maior dignidade na saúde pública do município. Em seguida, informou que vem  
60 realizando estudos desde fevereiro de 2026 e apresentou questionamentos sobre a transparência e  
61 a legalidade da gestão de recursos do APAMI. Comunicou que protocolou requerimento  
62 solicitando informações detalhadas sobre a relação jurídica, financeira e administrativa entre o  
63 município e a Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância (APAMI). Segundo  
64 o vereador, a resposta recebida não atendeu aos princípios de transparência pública, pois teria sido  
65 encaminhado apenas um balancete anual de 2024, sem assinatura de responsável técnico e em  
66 formato editável, o que considerou desrespeitoso ao mandato e à Câmara Municipal. O Vereador  
67 **JAIRO FLAUZINO**, ressaltou que as informações solicitadas pelo mesmo dizem respeito a  
68 gestão atual; o que de fato, não foi recebido. O vereador acrescentou que, além do balancete, foram  
69 encaminhadas escalas de trabalho de funcionários, documentos que, segundo ele, não atendem ao  
70 conteúdo solicitado no requerimento. Esclareceu que não buscava acompanhar a escala  
71 operacional, mas sim obter informações objetivas sobre quantos profissionais atuam na unidade e  
72 quem é responsável pelo pagamento desses profissionais. O vereador apresentou questionamento  
73 solicitando a relação nominal completa de todos os servidores públicos municipais atualmente  
74 cedidos ou lotados na APAMI, com a indicação de seus cargos, funções e a identificação de quem  
75 arca com o pagamento de seus vencimentos. Destacou que se trata de uma informação simples e  
76 necessária para garantir a transparência e o acesso às informações públicas. O vereador ressaltou  
77 que qualquer pessoa pode acessar o SINEIS, onde terá todas as informações. Lembrou ainda que,  
78 a APAMI dessas informações citadas, porém não foi repassado. O vereador informou que  
79 conseguiu levantar a lista de 40 funcionários da unidade, incluindo nomes e funções, como  
80 médicos, enfermeiros, técnicos e outros profissionais. Ressaltou que, apesar de ter obtido os dados  
81 por conta própria, reforçou que o dever de fornecer essas informações é da gestão pública,  
82 destacando que a solicitação feita formalmente não foi atendida de forma adequada, o que foi  
83 comprovado por meio da resposta recebida. Em seguida, destacou que também não foi informado  
84 quantos profissionais pertencem ao quadro da própria associação e quantos são custeados direta  
85 ou indiretamente com recursos públicos do município, ressaltando a falta de transparência nas  
86 informações solicitadas. O vereador questionou qual é o montante exato dos valores transferidos  
87 mensalmente à APAMI, solicitando a especificação da natureza dos repasses (subvenções,  
88 convênios, contratos de gestão ou outros). Também indagou sobre a natureza jurídica desses  
89 repasses e a existência de instrumento contratual vigente que regulamente a relação entre a  
90 Prefeitura e a instituição, com definição de obrigações e responsabilidades. Ressaltou que a  
91 população precisa saber quem responde pelos serviços prestados, especialmente em casos de falhas  
92 no atendimento. Criticou a resposta recebida ao requerimento, classificando-a como frágil e sem  
93 validade formal, e cobrou o acesso a informações oficiais, auditáveis e transparentes sobre a  
94 relação com a APAMI. Enfatizou que **A SECRETÁRIA - Sra. SÂNZIA LUCENA DANTAS**  
95 tinha liberdade para falar e explicar, ficando à vontade. **A Srª SÂNZIA LUCENA DANTAS**  
96 esclareceu que, no caso citado da ambulância, a família do paciente entrou em contato por volta  
97 das 17h20. Informou que havia ambulância disponível, porém não havia motorista de plantão  
98 habilitado para conduzi-la, ressaltando que não é permitido designar servidor fora da função para

99 dirigir ambulância. Segundo relatou, a família foi consultada sobre a possibilidade de transporte  
100 em carro social, que poderia ser conduzido por outro motorista da prefeitura, mas a opção não foi  
101 aceita. Assim, explicou que a ambulância estava disponível no local, porém impossibilitada de sair  
102 por falta de motorista. **O VEREADOR - JAIRO FLAUZINO** fez uma ressalva à resposta  
103 apresentada, agradecendo o esclarecimento, porém afirmou que a família não se recusou ao  
104 transporte por vontade própria. Destacou que a condição clínica do paciente, vindo da zona rural  
105 e recém-operado, tornava o deslocamento em carro social inadequado, classificando a situação  
106 como desumana. Informou ainda que, apesar disso, o paciente acabou sendo levado ao atendimento  
107 em carro social pelo próprio sogro. Em seguida **A SECRETÁRIA DA APAMI - Sr.<sup>a</sup> SÂNZIA**  
108 **LUCENA DANTAS** afirmou possuir longa experiência na área da saúde e defendeu que, diante  
109 da urgência, era preferível transportar o paciente em carro social para garantir atendimento médico  
110 imediato, do que aguardar ambulância e correr risco de agravamento ou óbito. Reconheceu que o  
111 paciente precisava ser transportado deitado, mas ressaltou que a decisão foi tomada diante da  
112 ausência de motorista disponível no momento. Destacou as dificuldades enfrentadas pelos  
113 profissionais de saúde, que frequentemente recebem críticas e pouco reconhecimento. Declarou  
114 atuar no hospital por vocação e compromisso com a população, enfatizando que o atendimento é  
115 prestado de forma igualitária a todos os cidadãos, sem distinções. **O VEREADOR – JAIRO**  
116 **FLAUZINO**, ressaltou que deveria haver motorista de plantão para atender às ambulâncias,  
117 afirmando que havia profissionais pagos para essa função e que a ausência do motorista contribuiu  
118 para a situação relatada. Acrescentou que, embora a população não seja obrigada a agradecer pelo  
119 atendimento recebido, tem o direito de expor quando ocorre mau atendimento ou falta de  
120 assistência digna. **Sr.<sup>a</sup> SÂNZIA LUCENA DANTAS**, informou que não afirmou que os pacientes  
121 deveriam agradecer o atendimento, apenas exemplificou que os elogios raramente são  
122 manifestados, enquanto as críticas costumam ganhar visibilidade nas redes sociais. Destacou que,  
123 no mês citado, a unidade realizou 6.177 atendimentos. Esclareceu ainda que a PAM não é  
124 responsável pela gestão dos automóveis do município, afirmando que há motorista de plantão e de  
125 sobreaviso, e que, no momento citado, os profissionais disponíveis estavam em deslocamento para  
126 Natal e Caicó. **O VEREADOR – JAIRO FLAUZINO** informou que, conforme relato da  
127 secretária, os motoristas permanecem de plantão até as 18h, de segunda a sexta-feira, havendo  
128 também motorista de sobreaviso. Ressaltou que, caso não houvesse profissional disponível no  
129 momento citado, o município teria falhado nessa questão, solicitando a continuidade das respostas  
130 aos demais questionamentos. **A SECRETÁRIA - Sr.<sup>a</sup> SÂNZIA LUCENA DANTAS**, informou  
131 que a instituição possui certificação CEBAS, caracterizando-a como entidade filantrópica  
132 reconhecida nacionalmente. Explicou que todas as informações financeiras e de produção  
133 assistencial precisam ser consolidadas e enviadas ao Ministério da Saúde até maio, motivo pelo  
134 qual ainda não teria condições de encaminhar os dados solicitados no momento do requerimento.  
135 Esclareceu que a relação de cerca de 40 profissionais registrada no sistema se deve à necessidade  
136 de manter médicos e outros profissionais cadastrados para viabilizar atendimentos, embora o  
137 quadro fixo da instituição seja composto por sete técnicos de enfermagem, duas cozinheiras, dois  
138 ASG, uma lavadeira, uma enfermeira e a própria secretária, além de quatro maqueiros e quatro  
139 recepcionistas vinculados à prefeitura. Sobre os repasses financeiros, informou que a APAMI  
140 recebe valores referentes a internamentos hospitalares. **O VEREADOR – JAIRO FLAUZINO**,  
141 orientou a representante a se ater ao ponto central do questionamento, ressaltando que a solicitação  
142 feita dizia respeito ao motivo pelo qual as informações não foram encaminhadas oficialmente,  
143 acompanhadas de documentos comprobatórios, notas fiscais e registros auditáveis. Destacou que  
144 as explicações estavam sendo apresentadas apenas de forma verbal e informou que deverá ser  
145 encaminhado novo requerimento para que as respostas sejam enviadas dentro da legalidade, com  
146 documentação oficial. **Sr.<sup>a</sup> SÂNZIA LUCENA DANTAS**, informou que, após o mês de maio,  
147 pretende encaminhar toda a documentação solicitada. Explicou que há grande volume de notas

148 fiscais, mas que a instituição mantém livro diário com registros e anotações das despesas. Colocou-  
149 se à disposição dos vereadores para consulta presencial e afirmou que fornecerá todas as  
150 informações que estiverem ao seu alcance sempre que solicitadas. **O VEREADOR - JAIRO**  
151 **FLAUZINO**, informou que diante da fragilidade das respostas apresentadas, considera necessário  
152 aprofundar os questionamentos, ressaltando que não se trata de mero erro formal, mas de possível  
153 desorganização ou ausência de controle sobre recursos públicos. Destacou que, havendo repasses  
154 mensais do município à APAM, deveriam existir documentos oficiais que comprovem essa relação,  
155 como extratos bancários e notas fiscais. Informou que, diante da situação, aguardará o envio da  
156 documentação até o mês de maio, conforme mencionado. **A Sr.ª SÂNZIA LUCENA DANTAS**,  
157 ressaltou que os recursos recebidos pela instituição são provenientes do MAC, transferidos fundo  
158 a fundo e destinados diretamente ao hospital. Explicou que, para viabilizar o recebimento anual  
159 desses valores, é firmado convênio com a Prefeitura. Acrescentou que poderá encaminhar cópia  
160 do convênio e dos aditivos juntamente com a prestação de contas, comprometendo-se a enviar a  
161 documentação no mês de maio. **O VEREADOR – JAIRO FLAUZINO**, esclareceu que, ao  
162 mencionar a fragilidade das respostas, referia-se à documentação previamente recebida, e não à  
163 fala da representante. Informou que possui roteiro de estudo sobre o tema e ressaltou que os  
164 documentos enviados são passíveis de auditoria pública. Em seguida, questionou se existe  
165 contrato, convênio ou outro instrumento jurídico vigente com a APAMI, destacando que tal  
166 documentação não foi encaminhada junto à resposta do requerimento. **O VEREADOR - JAIRO**  
167 **FLAUZINO**, questionou quem é o responsável técnico-administrativo pela validação das  
168 informações financeiras encaminhadas à Câmara, ressaltando que documentos sem assinatura não  
169 possuem valor legal. Destacou que esse esclarecimento é importante para a compreensão da  
170 população sobre a linguagem formal entre os poderes e afirmou que a solicitação de documentos  
171 e a divulgação das ações não têm caráter de intimidação, mas fazem parte do procedimento  
172 institucional de fiscalização. O Vereador ressaltou que há inconsistências nas informações  
173 administrativas apresentadas, mencionando a existência de um presidente que não consta no  
174 sistema e destacando que a diretora administrativa exerce a função desde 2019. Também  
175 questionou a atuação de outro profissional citado como diretor administrativo, indicando que o  
176 tema ainda será aprofundado posteriormente. **Sr.ª SÂNZIA LUCENA DANTAS** informou que irá  
177 questionar o CNES devido ao seu nome estar constando como diretora, onde ela é secretária desde  
178 dois mil e dezenove (2019). Também ressaltou que o **MÉDICO – DR SESION WANDERLEY**  
179 não faz parte do CNES por ser vice-presidente e diretor. A mesma afirmou que faz parte por ser  
180 funcionária de carteira assinada. **O VEREADOR – JAIRO FLAUZINO** afirmou não ter sido  
181 identificado o fiscal de contrato responsável por certificar os pagamentos relacionados à APAMI,  
182 questionando a existência dessa função, bem como a elaboração, análise e periodicidade dos  
183 relatórios de controle. Destacou que, caso não haja acompanhamento adequado, a situação pode  
184 ser considerada grave, por envolver possíveis repasses de recursos públicos sem transparência,  
185 rastreabilidade e garantia de correta aplicação. Por fim, questionou se o Poder Executivo possui  
186 pleno controle sobre os valores transferidos à instituição e sua correta utilização. O vereador  
187 destacou que a população e o Poder Legislativo não buscam respostas genéricas, mas sim  
188 informações formais, com documentos, números, identificação dos responsáveis e definição de  
189 responsabilidades. Em seguida, concedeu a palavra à gestora para que, se desejasse, pudesse  
190 responder aos pontos levantados. **A SECRETÁRIA - Sr.ª SÂNZIA LUCENA DANTAS**,  
191 informou que a instituição conta com assessoria em Brasília, realizada pelo Dr. Thiago, de um  
192 escritório de advocacia responsável por acompanhar e orientar os processos da maternidade.  
193 Segundo ela, as questões financeiras e os procedimentos são encaminhados a essa assessoria, que  
194 realiza os trâmites necessários junto ao Ministério da Saúde. A mesma afirmou que os recursos  
195 recebidos pela instituição são inferiores ao que parte da população imagina, destacando as  
196 dificuldades financeiras enfrentadas pelo hospital. Ressaltou o caráter filantrópico da entidade,

197 mencionou a existência de doações e apoio por meio de convênios, inclusive com auxílio de  
198 vereadores, que contribuem especialmente para despesas com alimentação e medicação. Reiterou  
199 que os repasses mencionados anteriormente correspondem aos valores efetivamente recebidos,  
200 acrescidos da taxa administrativa destinada a custear alimentação e encargos sociais. **O**  
201 **VEREADOR – JAIRO FLAUZINO** questionou a ausência da prestação periódica de contas pela  
202 Secretaria de Saúde. Informou que, conforme sua bancada, esse acerto de contas deveria ocorrer  
203 três vezes ao ano. Destacou que, no ano anterior, a apresentação foi realizada de forma tardia e, no  
204 ano corrente, ainda não houve nenhuma prestação, havendo a possibilidade de ocorrer apenas em  
205 maio, o que resultaria em cerca de quatro prestações pendentes. O vereador informou que iniciaria  
206 a segunda parte de seus questionamentos, referente à situação funcional do **DR. SESION**  
207 **QUINTINO WANDERLEY** e a possíveis irregularidades no CNES. Ressaltou que o tema exige  
208 tempo para exposição, por envolver informações que, segundo ele, precisam ser esclarecidas à  
209 sociedade e aos órgãos de justiça. Destacou ainda que o ponto trata de responsabilidade  
210 administrativa e de eventual descumprimento de normas do Ministério da Saúde, solicitando  
211 atenção dos presentes para a continuidade das explicações. O vereador informou ter recebido  
212 documento da APAMI, datado de 19 de fevereiro de 2026, assinado pelo médico **DR SESION**  
213 **QUINTINO WANDERLEY**, que se apresenta como diretor administrativo da instituição.  
214 Contudo, afirmou que, segundo registros do Ministério da Saúde, a diretora administrativa  
215 reconhecida é outra pessoa, o que, segundo ele, gera possível inconsistência administrativa.  
216 Ressaltou que a situação envolve questões de justiça, políticas públicas e transparência, afirmando  
217 que, caso exista forma de governança diferente da registrada oficialmente, isso pode configurar  
218 irregularidade. Acrescentou que, ao verificar a situação do profissional no Cadastro Nacional de  
219 Estabelecimentos de Saúde (CNES), identificou possíveis inconsistências que precisam de  
220 esclarecimento público. Por fim, explicou que, se o profissional não estiver devidamente vinculado  
221 ao estabelecimento no sistema oficial, o Ministério da Saúde não reconhece institucionalmente sua  
222 atuação no local, motivo pelo qual solicitou esclarecimentos. O vereador afirmou que o médico  
223 **DR SESION QUINTINO WANDERLEY** continua assinando documentos e respondendo  
224 oficialmente em nome da instituição, apesar de, segundo ele, não constar vínculo formal como  
225 diretor administrativo da APAMI nos registros oficiais. Informou que, ao consultar o CNES,  
226 identificou que o profissional possui vínculos registrados com outros estabelecimentos de saúde  
227 em diferentes municípios: em Caicó, com carga horária ambulatorial semanal; em Pau dos Ferros,  
228 como médico concursado com 20 horas semanais; em São João do Sabugi, como médico  
229 ortopedista com 10 horas semanais; e em Patos, no Complexo Hospitalar Regional Deputado  
230 Janduhy Carneiro, com carga horária de 24 horas semanais. Destacou que, apesar desses vínculos,  
231 não foi localizado registro oficial que o vincule à função de diretor administrativo da APAMI de  
232 Serra Negra do Norte, apontando a necessidade de esclarecimentos. O vereador destacou que a  
233 Portaria nº 134/2011 do Ministério da Saúde estabelece regras sobre vínculos de profissionais de  
234 nível superior no SUS, visando evitar sobreposição de cargas horárias e irregularidades  
235 administrativas. Explicou que, quando os vínculos não são devidamente registrados ou ultrapassam  
236 limites, o sistema pode glosar a produção do profissional, ou seja, rejeitar ou anular valores  
237 referentes a atendimentos, procedimentos e autorizações de internação hospitalar, impedindo o  
238 faturamento correto junto ao Ministério da Saúde. Diante disso, ressaltou a relevância da discussão  
239 na audiência pública e questionou objetivamente qual é, de fato, o vínculo do **DR SESION**  
240 **QUINTINO WANDERLEY** com a APAMI de Serra Negra do Norte. A **SECRETÁRIA - Sr.ª**  
241 **SÂNZIA LUCENA DANTAS**, explicou que todos os funcionários que aparecem no CNES, estão  
242 lá por serem remunerados, afirmando que **DR SESION QUININO WANDERLEY** não aparece  
243 por não ser remunerado. **O VEREADOR – JAIRO FLAUZINO** questionou se o mesmo presta  
244 serviço gratuito, onde a **SECRETÁRIA - Sr.ª SÂNZIA LUCENA DANTAS** afirmou que a  
245 prestação de serviço do mesmo é de forma gratuita. A representante esclareceu que o estatuto da

246 instituição prevê a participação de diretores e presidente sem remuneração. Informou que, por essa  
247 razão, o **DR SESION QUININO WANDERLEY** não aparece registrado no CNES, pois não  
248 possui vínculo remunerado com a entidade. **O VEREADOR – JAIRO FLAUZINHO**, enfatizou  
249 que, caso o profissional exerça oficialmente a função, o vínculo não está registrado no sistema do  
250 Ministério da Saúde, destacando que juridicamente deveria constar. Em seguida, solicitou  
251 esclarecimento sobre a existência de contrato, portaria de nomeação ou qualquer documento  
252 formal que comprove a função administrativa exercida na APAMI. **A SECRETÁRIA – Sr.ª**  
253 **SÂNZIA LUCENA DANTAS**, informou que a APAMI dispõe da ATA registrada em cartório. **O**  
254 **VEREADOR – JAIRO FLAUZINHO**, questionou se o município e a própria instituição têm  
255 conhecimento de que a ausência de vínculo no sistema oficial pode comprometer a validação dos  
256 procedimentos realizados no SUS, afetando o faturamento e o reconhecimento das produções.  
257 Também solicitou confirmação objetiva sobre esse conhecimento. **O VEREADOR – JAIRO**  
258 **FLAUZINO** ressaltou a necessidade de esclarecimento público sobre o exercício da função pelo  
259 **DR. SESION QUINTINO WANDERLEY** enfatizando que a **SECRETÁRIA – Sr.ª SÂNZIA**  
260 **LUCENA DANTAS**, afirmou que ele atua de forma voluntária, sem vínculo formal e sem  
261 remuneração. Destacou-se a importância de verificar se essa situação está em conformidade com  
262 as normas do Ministério da Saúde ou se pode configurar possível irregularidade administrativa  
263 com impacto no funcionamento e financiamento da unidade de saúde, reforçando a necessidade  
264 de transparência e segurança jurídica. **a SECRETÁRIA – Sr.ª SÂNZIA LUCENA DANTAS**,  
265 destacou que nem todas as instituições possuem o CEBAS, sendo um benefício restrito e raro na  
266 região do Seridó, citando como exemplos apenas Serra Negra do Norte e Jardim do Seridó.  
267 Ressaltou-se a preocupação em manter toda a documentação regular, informando que a instituição  
268 conta com assessoria de advogado em Brasília, responsável por analisar previamente os  
269 documentos antes do envio ao Ministério da Saúde. **O VEREADOR ERALDO ALVES**, iniciou  
270 cumprimentando o presidente, os colegas vereadores, o público presente e os que acompanham  
271 pelas redes sociais, destacando a importância das audiências públicas como espaço de  
272 esclarecimento, debate e busca de soluções para a população, especialmente na área da saúde.  
273 Ressaltou que a Câmara não é um tribunal, mas um espaço de representação popular, onde os  
274 vereadores têm o dever de discutir problemas e buscar melhorias para a população. Enfatizou que  
275 as dificuldades existem e continuarão existindo, porém devem ser tratadas de forma responsável e  
276 com respeito às formas institucionais. O vereador parabenizou a representante da APAMI pela  
277 presença e destacou a relevância histórica da instituição para o município, lembrando que,  
278 diferentemente de outras cidades onde entidades semelhantes foram fechadas, a APAMI tem  
279 avançado ao longo dos anos, com melhorias estruturais e nos serviços prestados. Apontou  
280 evoluções importantes, como a ampliação do plantão médico para 24 horas, aumento do número  
281 de profissionais, presença de maqueiros, médicos em regime contínuo e disponibilidade de  
282 ambulâncias, ressaltando que a unidade representa motivo de orgulho para a população e resultado  
283 de avanços administrativos ao longo do tempo. O vereador salientou que nos últimos dois anos o  
284 Hospital Maria Cândida, está executando meio milhão de reais, ressaltou que o valor é fruto de  
285 uma articulação do mesmo, junto a outras pessoas citadas do partido. Citado também outros valores  
286 que foram recebidos para pintura, custeios os quais o vereador ressaltou que suprem a falta do  
287 valor necessário ao final de cada mês. Em sua fala, o vereador informou que a APAMI está  
288 executando uma emenda parlamentar, fruto de articulação dele e do vereador Orlando com a  
289 deputada Isolda, destinada à instalação de energia solar no hospital, já em fase de conclusão, com  
290 o objetivo de reduzir custos e garantir a continuidade dos serviços. Ressaltou sua solidariedade ao  
291 ex-vereador e médico ortopedista, **DR. SESION QUINTINO**, destacando seu trabalho voluntário  
292 e os serviços prestados à população de Serra Negra. Enfatizou que os vereadores devem manter  
293 vigilância quanto aos repasses, controle e fiscalização dos recursos públicos, reconhecendo que  
294 podem ocorrer falhas, mas afirmando que o hospital tem apresentado grande evolução em

295 estrutura, equipamentos e profissionais. Relatou experiência pessoal recente no hospital,  
296 mencionando melhorias como sala de estabilização e equipamentos disponíveis. Convidou a  
297 população a valorizar a unidade hospitalar e reforçou a importância da fiscalização das  
298 transferências públicas e prestações de contas, destacando que todas foram aprovadas pelo  
299 Conselho de Saúde. Concluiu reafirmando o compromisso de continuar fiscalizando, defendendo  
300 e apoiando a APAMI, rejeitando qualquer ideia de fechamento e defendendo a continuidade da  
301 evolução da unidade hospitalar. **O VEREADOR – JAIRO FLAUZINO**, parabenizou o  
302 posicionamento anterior e esclareceu que seus questionamentos possuem amparo jurídico,  
303 ressaltando que a audiência pública não se trata de julgamento pessoal, mas de análise técnica  
304 sobre a APAMI, que recebe recursos públicos. Destacou que as perguntas feitas não têm relação  
305 com a pessoa do médico citado, mas com a necessidade de esclarecimentos institucionais.  
306 Enfatizou que, por se tratar de recursos públicos e da certificação CEBAS, a instituição deve  
307 prestar contas também à Secretaria Municipal de Saúde, que é mantenedora por meio de contrato  
308 de repasse, devendo compartilhar as informações com o Poder Legislativo. Explicou que o CEBAS  
309 possibilita redução de encargos, como INSS e impostos, facilitando a destinação de recursos e o  
310 recebimento de emendas parlamentares, e reforçou que não há irregularidade em buscar esse  
311 benefício, desde que haja transparência e prestação de contas. Reforçou à população que a  
312 audiência não possui caráter político ou de julgamento, mas técnico e jurídico, baseada em fatos e  
313 documentos. Por fim, abriu espaço para que outros vereadores pudessem se manifestar, fazer  
314 perguntas e apresentar opiniões. **O VEREADOR – FRANCISCO INÁCIO**, iniciou  
315 cumprimentando os presentes e agradecendo a participação da convidada, a Sr.<sup>a</sup> **SECRETÁRIA-**  
316 **SÂNZIA LUCENA DANTAS** na audiência pública. Destacou a importância da APAMI e da  
317 maternidade, ressaltando o carinho, zelo e dedicação dos profissionais que atuam no hospital, além  
318 de reconhecer as dificuldades enfrentadas na administração da unidade. Parabenizou a gestora pela  
319 coragem, competência e determinação em manter o funcionamento da instituição, enfatizando que  
320 muitas pessoas são atendidas diariamente e nem sempre retornam para agradecer o atendimento  
321 recebido. Mencionou, inclusive, que ele e seu filho nasceram na maternidade, expressando orgulho  
322 e gratidão. O vereador afirmou que a audiência pública estava assumindo um tom semelhante a  
323 um júri, defendendo que o papel dos parlamentares é fiscalizar, mas também colaborar e apoiar os  
324 profissionais de saúde, evitando criar clima de insegurança. Relatou preocupação com a segurança  
325 dos trabalhadores do hospital, afirmando que muitos atuam com medo de violência e sugerindo a  
326 presença de guarda municipal para garantir proteção. Comentou ainda sobre informações  
327 relacionadas a um atendimento hospitalar envolvendo familiar, esclarecendo dados recebidos  
328 diretamente da unidade. Recordou episódio passado envolvendo resistência à realização de  
329 audiência pública, ressaltando a importância do diálogo e da cooperação. Finalizou defendendo  
330 que a população e os vereadores devem ajudar os profissionais de saúde, evitar agressões verbais  
331 e julgamentos precipitados, reconhecer as dificuldades enfrentadas e valorizar o trabalho realizado  
332 pelo hospital Maria Cândida, manifestando apoio, admiração e agradecimento à equipe. **O**  
333 **VEREADOR – JAIRO FLAUZINO**, parabenizando o posicionamento do colega e esclareceu  
334 que suas falas não devem ser interpretadas como ataques pessoais ou políticos. Destacou que sua  
335 atuação está baseada em documentos, estudos técnicos e amparo jurídico, reafirmando que não  
336 está na audiência para defender ou atacar pessoas, mas para cumprir seu papel fiscalizador.  
337 Ressaltou que o reconhecimento e a gratidão da população pela instituição são legítimos, porém  
338 enfatizou que o debate em curso trata exclusivamente de questões técnicas e possíveis violações  
339 às normas do SUS, sem qualquer intenção de atingir a instituição ou seus profissionais. Esclareceu  
340 ainda que não houve ataques à diretora da APAMI nem ao médico citado, reforçando que as  
341 observações dizem respeito apenas a aspectos legais e administrativos. Por fim, afirmou que  
342 continuará conduzindo sua atuação com base jurídica e técnica, reiterando seu compromisso com  
343 a legalidade e a fiscalização. **O VEREADOR – CARLOS EDUARDO JOB GOMES**,

344 cumprimentou a mesa, a convidada e o público presente, destacando que a audiência pública  
345 acabou tomando outro rumo devido à ausência da secretária municipal de Saúde, que, segundo ele,  
346 seria a principal responsável por responder a diversos questionamentos levantados. Recordou que  
347 a secretária já havia sido convocada anteriormente e novamente não compareceu, mencionando  
348 que, em ocasião passada, houve tentativa de limitar sua fala durante audiência pública, quando  
349 discutia a finalidade do encontro. Em seguida, afirmou que direcionaria sua fala de forma objetiva  
350 à diretora da instituição, apresentando questionamento baseado em experiência familiar já debatida  
351 anteriormente. Perguntou qual é o procedimento adotado pela direção e pela comissão responsável  
352 quando chega uma denúncia de mau atendimento por parte de um profissional de saúde, solicitando  
353 esclarecimentos sobre as medidas tomadas nesses casos. **A SECRETÁRIA Sr.<sup>a</sup> – SÂNZIA**  
354 **LUCENA DANTAS**, informou que todas as denúncias recebidas são tratadas diretamente por ela,  
355 mediante convocação do funcionário envolvido para conversa e orientação. Destacou a  
356 importância do acolhimento no atendimento pelo SUS e afirmou que busca manter postura  
357 respeitosa com todos os usuários da maternidade. Ressaltou que a unidade atende principalmente  
358 pessoas em situação de necessidade e urgência, que merecem acolhimento e cuidado. Acrescentou  
359 que não permite que denúncias sejam ignoradas e que, sempre que chegam ao seu conhecimento,  
360 são apuradas por meio de diálogo com o profissional citado. **O VEREADOR – CARLOS**  
361 **EDUARDO JOB GOMES**, relatou um episódio pessoal ocorrido recentemente, quando levou  
362 sua mãe à unidade fora do horário e foi atendido inicialmente pelo maqueiro, que realizou a  
363 abertura da ficha do paciente. Informou que houve idas e vindas entre a sala de atendimento e a  
364 recepção em razão da ficha ainda estar sendo confeccionada. Diante do ocorrido, questionou se a  
365 função do maqueiro é exclusivamente o transporte em maca ou se também inclui a realização de  
366 cadastro e abertura de fichas, indagando se tal situação caracteriza desvio de função ou apoio  
367 emergencial às atividades da unidade. **A Sr.<sup>a</sup> SECRETÁRIA – SÂNZIA LUCENA DANTAS**,  
368 esclareceu que os profissionais mencionados são contratados pela Prefeitura e não passaram por  
369 sua seleção ou gestão direta no momento da contratação. Informou que não tinha conhecimento  
370 prévio sobre quem seriam os funcionários ao iniciarem as atividades na unidade. Destacou que  
371 entende caber à Secretaria Municipal de Saúde a verificação de eventuais irregularidades  
372 relacionadas às funções exercidas pelos servidores. Ressaltou que, quando está presente, orienta  
373 os profissionais sobre suas atribuições, especialmente os que não possuem experiência prévia na  
374 função. Por fim, afirmou que, caso o maqueiro tenha realizado a abertura de ficha, trata-se de  
375 procedimento incorreto, pois a função dele é prestar apoio ao paciente, como conduzi-lo em cadeira  
376 de rodas e auxiliar no atendimento inicial, reforçando que a resposta definitiva deve ser dada pela  
377 Secretária de Saúde. **O VEREADOR CARLOS EDUARDO JOB GOMES** - discordou da  
378 diretora ao afirmar que, por ocupar a função de direção, entende que ela deve conhecer as  
379 atribuições dos funcionários que atuam na unidade. Argumentou que a gestão precisa acompanhar  
380 e fiscalizar as funções exercidas, mesmo quando os profissionais são contratados pela Prefeitura.  
381 **A SECRETÁRIA Sr.<sup>a</sup> SÂNZIA LUCENA DANTAS**, relatou que, muitas vezes, ao orientar  
382 servidores, recebe como resposta que não foi responsável pela contratação, o que dificulta a  
383 atuação da direção. Reconheceu que a diretora afirmou possuir autorização do prefeito para  
384 orientar e conversar sobre eventuais falhas. A diretora acrescentou que não permanece na unidade  
385 em tempo integral, mas garantiu que irá apurar a reclamação apresentada sobre o maqueiro,  
386 identificar o responsável e tomar as providências cabíveis. **O VEREADOR – CARLOS**  
387 **EDUARDO JOB GOMES**, reforçou que a presença da secretária municipal de saúde seria  
388 fundamental para esclarecer os questionamentos apresentados, pois, na sua visão, o município  
389 realiza os repasses enquanto a maternidade possui diretoria própria, o que gera dúvidas quando  
390 ocorrem situações sem explicação clara. Destacou conhecer a logística dos motoristas da saúde,  
391 incluindo escalas, sobreaviso e acionamento em casos de urgência, ressaltando que essa  
392 organização não é definida pela maternidade. Pontuou que reconhecer melhorias é importante, mas

393 afirmou que a evolução é uma obrigação natural da gestão pública. Agradeceu a participação da  
394 diretora pelos esclarecimentos prestados, mas reafirmou que a secretária de saúde seria a  
395 autoridade mais adequada para responder plenamente aos questionamentos, registrando que houve  
396 convite formal para comparecimento, porém sem presença na audiência, como também sem  
397 atenção para com a população em remarcar uma data para uma audiência posterior. **O**  
398 **VEREADOR – JOSÉ DE ARIMATÉIA**, manifestou preocupação com o clima de confronto  
399 durante a audiência, criticando a acusação de que outro vereador teria chamado um cidadão de  
400 mentiroso em relação a um episódio de atendimento de saúde. Ressaltou que, independentemente  
401 de volumes ou detalhes técnicos, a situação envolvia risco de vida e deveria ser tratada com  
402 sensibilidade e respeito. Destacou a importância de valorizar a vida e a solidariedade, afirmando  
403 que procura ajudar qualquer pessoa, inclusive quem possui divergências pessoais com ele.  
404 Enfatizou que o papel dos vereadores deve ser de apoio à população e não de ataques pessoais,  
405 classificando o ocorrido como inadequado e defendendo uma postura mais humana e colaborativa.  
406 **O VEREADOR – JAIRO FLAUZINO**, retomando a pergunta feita anteriormente por outro  
407 parlamentar, direcionou questionamento à secretária da APAM para esclarecer se a instituição  
408 possui autonomia para chamar a atenção ou advertir funcionários que são colocados pela Prefeitura  
409 para atuar na unidade. Destacou que não compreendeu claramente essa questão e solicitou  
410 esclarecimento. **A SECRETÁRIA Sr.<sup>a</sup> SÂNZIA LUCENA DANTAS**, respondeu que possui  
411 liberdade para chamar a atenção de qualquer funcionário quando identifica algo errado durante sua  
412 presença na unidade. No entanto, ressaltou que não permanece no local em tempo integral e que,  
413 por isso, nem sempre consegue agir em todas as situações. Acrescentou que muitas ocorrências  
414 não chegam ao seu conhecimento, pois nem todas as pessoas a procuram para relatar os fatos,  
415 destacando que, quando é informada, busca conversar e tomar providências. **O VEREADOR –**  
416 **ERALDO ALVES**, iniciou parabenizando as intervenções do colega vereador Thiago e  
417 manifestou concordância com seus questionamentos. Defendeu que deve existir um procedimento  
418 formal de advertências para funcionários que cometam falhas, sugerindo que, após advertências  
419 consecutivas pelo mesmo motivo, sejam aplicadas penalidades ou afastamentos. Também destacou  
420 a importância do maqueiro no hospital, sugerindo que o município providencie capacitação  
421 específica para esses profissionais, por meio de instituições como o SENAR ou similares. Por fim,  
422 explicou a ausência da secretária de saúde, informando que ela já possuía compromisso  
423 previamente agendado, mas que demonstrou disposição para comparecer posteriormente à Câmara  
424 para prestar esclarecimentos. Ressaltou ainda a diferença entre audiência pública e prestação de  
425 contas, concordando com a necessidade de realização desta última em momento oportuno. **A**  
426 **VEREADORA – VÂNIA FERNANDES**, iniciou saudando o presidente, os colegas  
427 parlamentares, a representante da APAM e o público presente. Registrou frustração pela ausência  
428 da secretária municipal de Saúde, destacando que a população compareceu esperando  
429 esclarecimentos sobre serviços de saúde. Em seguida, reconheceu a importância histórica da  
430 APAMI e relatou a evolução dos serviços de saúde no município, lembrando que anteriormente  
431 havia apenas atendimento básico de enfermagem e que muitos pacientes precisavam ser  
432 transferidos para Caicó, inclusive citando experiência pessoal de perda familiar em razão da falta  
433 de estrutura na época. Destacou melhorias ocorridas ao longo das gestões, como a implantação da  
434 sala de estabilização, a ampliação dos plantões noturnos diários, a presença de médicos e  
435 enfermeiros e a oferta de especialidades, mencionando que parte dos recursos pagos aos  
436 profissionais contribui financeiramente com a instituição. Ressaltou que críticas à unidade muitas  
437 vezes surgem em períodos políticos, mas afirmou reconhecer os avanços obtidos e a importância  
438 de continuar ampliando a assistência à população. Informou que pretende abordar questionamentos  
439 relacionados a reclamações recorrentes de mau atendimento. Questionando a secretária da APAMI,  
440 sobre quem deve ser procurado (a) em caso de reclamações como por exemplo mal atendimento.  
441 A Vereadora ressaltou que o questionante também se deve ao fato dos parlamentares serem

442 cobrados pela população, com essa dúvida. **A SECRETÁRIA Sr.<sup>a</sup> SÂNZIA LUCENA DANTAS**,  
443 reforçou que a mesma pode ser procurada pela população, ressaltou que anteriormente o hospital  
444 dispunha de uma caixinha de sugestões, porém não houve êxito devido a própria população utilizar  
445 da mesma apenas para ofender os profissionais que lá trabalham. **A VEREADORA – VÂNIA**  
446 **FERNANDES** também questionou a secretária, sobre o motivo pelo qual a APAMI não realiza  
447 mais curativos na população. **A SECRETÁRIA Sr.<sup>a</sup> SÂNZIA LUCENA DANTAS**, afirmou que  
448 considera inadequado que o hospital não realize procedimentos básicos de atenção primária,  
449 explicando que serviços como aplicação de injeções eletivas e curativos programados são  
450 atribuições da atenção básica (PSF). Informou que a equipe decidiu não realizar esse tipo de  
451 atendimento eletivo, destacando que essa posição é tecnicamente correta. Ressaltou, porém, que  
452 em situações de urgência os procedimentos são realizados normalmente, inclusive à noite e nos  
453 fins de semana. Acrescentou que, quando está presente e surge a demanda, solicita que o  
454 atendimento seja feito para que o paciente não saia sem assistência. Concluiu reforçando que a  
455 recusa se refere apenas aos atendimentos eletivos, não às urgências. **A VEREADORA – VÂNIA**  
456 **FERNANDES**, afirmou que levantou o questionamento por ser uma dúvida recorrente da  
457 população e pessoal, já que não compreendia por que o hospital teria deixado de realizar curativos.  
458 Disse que, diante da percepção de avanços nos serviços de saúde, interpretava a interrupção desses  
459 atendimentos como um possível retrocesso. Após os esclarecimentos, destacou a importância de  
460 que essa informação seja melhor explicada e divulgada à população, ressaltando que muitos  
461 cidadãos desconhecem a divisão de responsabilidades entre os serviços de saúde. **A**  
462 **SECRETÁRIA Sr.<sup>a</sup> SÂNZIA LUCENA DANTAS**, destacou que, atualmente, a procura pelo  
463 hospital tem superado a demanda pelos PSF, o que considera inadequado. Ressaltou que o  
464 atendimento básico, como curativos e procedimentos simples, deve ser realizado prioritariamente  
465 nas unidades básicas de saúde. Segundo ela, a população tem deixado de buscar os PSF e  
466 direcionado todas as demandas ao hospital, o que contribui para a sobrecarga do serviço hospitalar.  
467 **A VEREADORA – VÂNIA FERNANDES**, afirmou que tem recebido questionamentos  
468 frequentes da população sobre o paradeiro da ambulância semi-UTI do município, destacando que  
469 o veículo, considerado uma conquista para a cidade, está fora de circulação há mais de um ano.  
470 Informou que encaminhou requerimento à Secretaria de Saúde solicitando esclarecimentos,  
471 ressaltando que os vereadores são constantemente cobrados pela população e precisam de  
472 respostas oficiais para prestar informações. Por fim, agradeceu a presença da representante da  
473 instituição e sugeriu a abertura de espaço para perguntas do público. **O VEREADOR- JAIRO**  
474 **FLAUZINO**, disse compreender a cobrança pela presença da secretária de saúde, mas ressaltou  
475 que a representante presente compareceu como porta-voz da saúde do município, especialmente  
476 da APAMI, tema central do seu requerimento, que é majoritariamente direcionado à instituição.  
477 Destacou que os questionamentos realizados têm base jurídica dentro do SUS e visam analisar a  
478 situação desde a sua origem. Em seguida, informou ao público os procedimentos para inscrição e  
479 participação nas falas. Por fim, direcionou pergunta à diretora da APAMI sobre qual a carga horária  
480 de trabalho na instituição da secretária **Sr.<sup>a</sup> SÂNZIA LUCENA DANTAS**. A Secretária ressaltou  
481 que sua carga horária é de oito horas por dia (08:00 hs). Na oportunidade o **VEREADOR – JAIRO**  
482 **FLAUZINO**, ressaltou que nesse caso, a secretária deve passar a maior parte do tempo na  
483 instituição. Porém, a mesma afirmou que por estar na parte administrativa, existe a necessidade de  
484 se ausentar durante seu horário devido a reuniões e toda a parte burocrática que diz respeito a sua  
485 função. Na oportunidade, o **VEREADOR – JAIRO FLAUZINO** abriu o espaço para que a  
486 população tirasse suas dúvidas com relação a APAMI. O cidadão **ROMÁRIO JOSÉ**, questionou  
487 a bancada da oposição, se os mesmos já solicitaram alguma emenda a algum Deputado, ressaltando  
488 que sua pergunta se deve a informação de que a APAMI pode receber emendas. **O VEREADOR**  
489 **– JOSÉ DE ARIMATÉIA**, informou que já solicitou emendas parlamentares e que esteve em  
490 Brasília, no Ministério da Saúde, onde verificou que havia apenas a solicitação de um equipamento

491 odontológico por parte do prefeito **ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO**. Declarou que não conseguiu  
492 novos recursos naquele momento porque essa era a única demanda apresentada. Acrescentou que  
493 já encaminhou ofícios ao Deputado Neilton, solicitando benefícios para Serra Negra do Norte e  
494 destacou que o mandato do parlamentar tem contribuído de outras formas além de emendas. Citou  
495 como exemplo a necessidade atual de atender cerca de 50 pessoas que aguardam cirurgias. Por  
496 fim, afirmou que, em sua visão, a responsabilidade principal por buscar emendas é do prefeito,  
497 cabendo ao vereador procurar apoio do deputado quando necessário. **O VEREADOR – CARLOS**  
498 **EDUARDO JOB**, justificou seu posicionamento afirmando que se exaltou porque, segundo ele, é  
499 a segunda vez que o mesmo cidadão participa da audiência e faz questionamentos fora da pauta.  
500 Disse que o considera um blogueiro que, em sua visão, critica e expõe vereadores nas redes sociais,  
501 mas não divulga ações como viagens a Brasília para entrega de ofícios solicitando recursos para  
502 saúde, infraestrutura e agricultura. Ressaltou que os vereadores buscam ser respeitados e que a  
503 bancada já conseguiu emendas coletivas, citando que o deputado Robson destinou mais de R\$ 1,2  
504 milhões na gestão passada. Acrescentou que continuaram solicitando recursos, como um carro-  
505 pipa pedido no ano anterior, destacando que os parlamentares não têm poder para obrigar  
506 deputados e senadores a enviarem emendas, mas seguem cobrando e encaminhando ofícios. **O**  
507 **VEREADOR – JAIRO FLAUZINO**, respondeu ao ouvinte afirmando que a obtenção de  
508 emendas parlamentares não é prerrogativa constitucional do Poder Legislativo Municipal,  
509 ressaltando que a função principal do vereador é fiscalizar, legislar, propor projetos de lei e  
510 defender os direitos da população, sem atuação direta na execução financeira. Destacou que a  
511 cultura popular criou a ideia de que vereadores devem conseguir recursos e benefícios individuais,  
512 o que, segundo ele, não corresponde às atribuições do cargo. Informou que ações como viabilizar  
513 exames e cirurgias ocorrem por meio de articulações e relações políticas, não sendo competência  
514 formal do mandato. Reforçou que o papel do vereador é fiscalizatório, de estudo e capacitação,  
515 participando de audiências públicas e viagens institucionais para aprimorar a atuação legislativa.  
516 **O VEREADOR – ERALDO ALVES**, iniciou reafirmando a importância de respeitar o regimento  
517 interno e a necessidade de manter as discussões dentro da pauta. Contudo, reconheceu que a  
518 pergunta realizada foi pertinente ao tema em debate, por tratar da importância da entidade  
519 filantrópica para o município e da necessidade de captação de recursos. Destacou que os repasses  
520 municipais são insuficientes para a manutenção da instituição, ressaltando a relevância das  
521 emendas parlamentares ao longo dos anos. Reafirmou seu compromisso com a instituição e  
522 afirmou que, nos últimos três anos, conseguiu viabilizar mais de meio milhão de reais para o  
523 hospital por meio de articulações políticas com parlamentares, enfatizando que cada vereador  
524 possui sua forma de atuação e que a busca por emendas é importante para fortalecer os serviços de  
525 saúde no município. **O VEREADOR – JAIRO FLAUZINO**, informou ter conseguido uma  
526 emenda no valor de vinte e nove mil reais (R\$ 209.000), esclarecendo que parte do recurso sofre  
527 descontos de impostos. Relatou ainda que houve a possibilidade de envio de uma emenda adicional  
528 de quinhentos mil reais (R\$ 500.000) para a saúde, que não se concretizou por falta de retorno do  
529 gestor municipal **ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO**. Destacou que, segundo dados consultados, a  
530 saúde do município recebeu mais de dois milhões de reais (R\$ 2 milhões) em emendas no ano  
531 anterior, além de recursos federais anuais superiores a cinco milhões de reais (R\$ 5 milhões).  
532 Acrescentou que havia saldo significativo disponível e previsão de entrada de mais de três milhões  
533 de reais (R\$ 3 milhões) em novos recursos. Concluiu afirmando que, em sua avaliação, o principal  
534 problema da saúde municipal não é a falta de recursos, mas a necessidade de melhor gestão. Na  
535 oportunidade, a cidadã EVA DOS SANTOS, questionou a secretária Sr.<sup>a</sup> **SÂNZIA LUCENA**  
536 **DANTAS**, sobre a secretária não poder chamar a atenção dos maqueiros, onde a secretária afirmou  
537 anteriormente em sua fala que isso ocorre devido ao fato dos contratados serem por meio da  
538 Prefeitura. **A SECRETÁRIA- Sr.<sup>a</sup> SÂNZIA LUCENA DANTAS**, se prontificou que levará os  
539 questionamentos discutidos na audiência pública até a Secretária de Saúde e, afirmou que dentro

540 dos questionamentos tomarão as medidas cabíveis com relação inclusive a algumas mudanças. A  
541 cidadã **NEUZA GARCIA**, ressaltou que sua pergunta seria para a secretária de saúde, no entanto  
542 devido a mesma não se fazer presente, procurou respostas com os parlamentares. Questionando  
543 sobre as verbas que a cidade recebe para saúde da população, onde a mesma relatou ter procurado  
544 a **Sr.ª SECRETÁRIA FÁTIMA BRITO**, para marcação e realização de exames com verbas  
545 destinadas ao município, e destacou que a secretária se manifestou informando que não dispõe de  
546 recursos (dinheiro) para os mesmos. **NEUZA GARCIA** ressaltou que a reclamação não vem só  
547 por parte dela, como também da população em geral. **O VEREADOR – JAIRO FLAUZINO**,  
548 parabenizou a cidadã pelo questionamento e ressaltou o direito da população de ter acesso às  
549 informações sobre os recursos destinados à saúde. Informou que, apenas em emendas  
550 parlamentares, os valores somam aproximadamente oito milhões de reais (R\$ 8 milhões),  
551 destacando que esses recursos não incluem o percentual mínimo obrigatório de 15% do orçamento  
552 municipal para a saúde. Acrescentou que há previsão de entrada de mais de três milhões de reais  
553 (R\$ 3 milhões) até o mês de julho. Concluiu reafirmando que, em sua avaliação, não há falta de  
554 recursos, mas sim necessidade de melhor gestão. O vereador pediu novamente a compreensão dos  
555 colegas para dar continuidade à sua fala, afirmando a necessidade de aprofundar a discussão para  
556 identificar problemas e buscar soluções para o município. Destacou que é papel do Legislativo  
557 expor situações prejudiciais à sociedade, fiscalizar e adotar os meios legais para que providências  
558 sejam tomadas. Em seguida, consultou os demais vereadores sobre a existência de novas perguntas  
559 e informou que daria continuidade à sua fala. O vereador informou que, dando continuidade ao  
560 trabalho técnico realizado, apresentou a terceira questão do requerimento, relacionada a um  
561 suposto conflito de informações sobre a direção administrativa da instituição. Destacou que a  
562 apuração tem caráter institucional e visa à transparência e ao zelo pelo erário público. Relatou que  
563 documentos oficiais da instituição estariam sendo assinados pelo cidadão **DR. SESION**  
564 **WANDERLEY QUININO**, que se apresenta como diretor administrativo. Entretanto, afirmou  
565 que, ao consultar sistemas oficiais de cadastro da saúde, consta formalmente como diretora  
566 administrativa a **Sr.ª SÂNZIA LUCENA DANTAS**, onde a mesma na verdade é secretária da  
567 unidade. Diante dessa divergência entre a prática e os registros oficiais, questionou quem, de fato,  
568 exerce a função de diretor administrativo, ressaltando a necessidade de esclarecimentos por  
569 considerar a situação relevante e não meramente burocrática. O **Sr. Presidente JAIRO**  
570 **FLAUZINO**, prosseguiu destacando que a função de direção administrativa envolve  
571 responsabilidade direta sobre tomada de decisões, execução de recursos e prestação de contas,  
572 reforçando questionamento sobre quem responde oficialmente pela função, considerando que o  
573 **DR. SESION WANDERLEY QUININO** a exerce na prática. Em seguida, apresentou novo ponto  
574 de atenção relacionado ao possível acúmulo de vínculos e à compatibilidade de carga horária de  
575 profissional médica vinculada à instituição. Informou que, conforme consulta a sistemas oficiais,  
576 a **DR.ª SÉSIA WANDERLEY QUININO** possui dois vínculos na própria unidade, como pediatra  
577 e como diretora de serviços de saúde (responsável técnica), além de vínculos em outros municípios,  
578 como Caicó e São João do Sabugi. Ressaltou que o acúmulo de funções pode ser permitido, desde  
579 que haja compatibilidade de carga horária e cumprimento das atribuições, destacando que a  
580 legislação e órgãos de controle observam essa questão com rigor. Assim, levantou questionamento  
581 técnico e administrativo sobre a viabilidade de conciliar todos os vínculos com qualidade e  
582 responsabilidade. Solicitou esclarecimentos à Secretaria de Saúde acerca da carga horária total  
583 semanal da profissional, somando todos os vínculos registrados, afirmando que se trata de  
584 questionamento de interesse público e administrativo, com base em dados disponíveis em sistemas  
585 oficiais. Deu continuidade aos questionamentos sobre a compatibilidade de carga horária da  
586 profissional citada, ressaltando que, embora médicos possam atuar em diferentes municípios, é  
587 necessário haver controle efetivo de frequência e garantia de cumprimento das horas registradas  
588 em cada vínculo. Destacou que sua preocupação é com a qualidade do atendimento prestado à

589 população de Serra Negra do Norte. Apresentou questionamentos sobre a existência de controle  
590 de frequência, fiscalização e garantia de que não haja sobreposição de horários entre os vínculos  
591 da profissional em diferentes cidades, bem como se a função de responsável técnica da unidade  
592 está sendo exercida de forma presencial e contínua, conforme exigem as normas sanitárias.  
593 Ressaltou que eventual incompatibilidade pode gerar prejuízo à qualidade do atendimento e  
594 possíveis irregularidades administrativas perante órgãos de controle. Na sequência, direcionou  
595 questionamentos à Secretaria Municipal de Saúde, afirmando que as informações do sistema  
596 oficial de saúde são alimentadas, validadas e acompanhadas pela gestão municipal. Apontou  
597 preocupação com divergências entre a prática e os registros oficiais, ausência de clareza em  
598 instrumentos jurídicos, fragilidade nas informações financeiras e possíveis inconsistências nos  
599 vínculos profissionais. Por fim, solicitou esclarecimentos objetivos à Secretaria de Saúde sobre os  
600 mecanismos de controle, auditoria e validação das informações inseridas nos sistemas oficiais; a  
601 existência de responsável técnico pela validação desses dados; e as providências adotadas diante  
602 das possíveis divergências, considerando o risco de perdas de recursos e prejuízos ao erário  
603 público. O Vereador explicou o significado do termo “glosar”, esclarecendo que se trata da rejeição  
604 ou anulação, pelo sistema de saúde, de parte de contas, orçamentos ou valores, especialmente na  
605 área financeira do SUS. Ressaltou que, caso existam inconsistências nos sistemas, fragilidades na  
606 gestão de vínculos e registros, os prejuízos são financeiros e assistenciais, impactando diretamente  
607 a população. Destacou que as perguntas apresentadas visam obter respostas claras e responsáveis  
608 do sistema de saúde municipal, afirmando haver dificuldade de diálogo e falta de respostas por  
609 parte de profissionais e gestores. Alertou que, sem os devidos esclarecimentos e correções, a  
610 situação pode deixar de ser apenas debate político e passar a exigir apuração pelos órgãos de  
611 controle competentes, em defesa da transparência, legalidade e proteção dos recursos públicos.  
612 Registrou que a expectativa da Câmara e da população é por respostas, correções e  
613 responsabilização. Informou que entregou um dossiê com levantamentos sobre a saúde do  
614 município, especialmente sobre a APAMI, apontando questões relacionadas à gestão, à relação  
615 entre servidores e à necessidade de alinhamento com a Secretaria de Saúde. Por fim, agradeceu a  
616 participação dos presentes e reforçou o compromisso de continuar buscando informações e  
617 soluções para os problemas do sistema de saúde municipal. **O VEREADOR – JAIRO**  
618 **FLAUZINO**, abriu o espaço para as considerações finais e para caso algum parlamentar desejasse  
619 explicar algo a mais. **O VEREADOR – FRANCISCO INÁCIO**, agradeceu a presença da Sr.<sup>a</sup>  
620 **SÂNZIA LUCENA DANTAS**, na audiência pública, destacando a importância do Hospital Maria  
621 Cândida para o município e reconhecendo o esforço em prestar esclarecimentos à população.  
622 Agradeceu aos presentes e aos que acompanharam a audiência, reafirmando seu compromisso de  
623 defender os interesses da população com postura respeitosa e sem exaltações. Informou ter  
624 recebido críticas durante a sessão e declarou que as recebe de forma aberta, ressaltando que o  
625 objetivo principal é a resolução dos problemas enfrentados pela população. Relatou críticas a  
626 gestões anteriores da Secretaria de Saúde, afirmando que a população teria enfrentado dificuldades  
627 no passado, e destacou a importância de apresentar dados e números para esclarecer a sociedade.  
628 Declarou que continuará se posicionando de forma firme e transparente diante de questionamentos  
629 e críticas. Por fim, manifestou apoio à atual secretária de saúde, reconhecendo seu empenho nas  
630 demandas da maternidade e da APAMI, reafirmando que seguirá atuando na defesa dos direitos da  
631 população e agradecendo a todos pela participação. **O VEREADOR – ERALDO ALVES**,  
632 concluiu agradecendo novamente a disponibilidade da representante do hospital, elogiando sua  
633 dedicação e incentivando a continuidade do trabalho com espírito de compromisso e melhorias na  
634 administração. Em seguida, registrou que, em sua avaliação pessoal, a audiência pública não  
635 contribuiu de forma significativa para promover harmonia entre os poderes nem para avançar na  
636 construção conjunta de soluções para a saúde do município. Por fim, reafirmou o compromisso  
637 com a população, com a saúde pública e com o hospital de Serra Negra do Norte. **O VEREADOR**

638 – **STENIO GOMES**, iniciou suas considerações finais cumprimentando o presidente, os colegas  
639 parlamentares e o público presente. Manifestou solidariedade à representante do hospital,  
640 destacando sua dedicação e o trabalho realizado em favor da maternidade de Serra Negra.  
641 Parabenizou também o médico **Dr. SESION WANDERLEY QUININO** pelo serviço prestado de  
642 forma voluntária como diretor da unidade, ressaltando a importância da maternidade Maria  
643 Cândida de Medeiros Mariz para a população e mencionando avanços realizados, como a  
644 implantação de plantão de enfermagem 24 horas e a inclusão de novos profissionais de apoio.  
645 Reconheceu que ainda existem desafios a serem enfrentados, mas elogiou o apoio da gestão  
646 municipal à instituição. Por fim, recordou a destinação de emendas parlamentares ao hospital e  
647 parabenizou todos os envolvidos pelo trabalho desenvolvido em benefício da população de Serra  
648 Negra do Norte, encerrando agradecendo ao presidente. **O VEREADOR – JOSÉ DE**  
649 **ARIMATÉIA**, iniciou agradecendo à representante do hospital **Sr.<sup>a</sup> SÂNZIA LUCENA**  
650 **DANTAS** pela presença e esclarecimentos prestados, bem como ao público que acompanhava a  
651 sessão presencialmente e pelas redes sociais. Reafirmou que a função do vereador é fiscalizar e  
652 declarou que continuará exercendo esse papel com o objetivo de ajudar a população. Destacou que  
653 não pretende utilizar a tribuna para atacar ou desqualificar pessoas, ressaltando que seu propósito  
654 é contribuir com quem precisa, especialmente na área da saúde. Informou ainda que pretende  
655 solicitar a realização de nova audiência pública, com a presença da secretária de saúde e do  
656 prefeito, para esclarecimento de outras demandas do município. Encerrando, colocou-se à  
657 disposição da população para receber solicitações e reforçou seu compromisso com o trabalho  
658 parlamentar, agradecendo ao presidente. **A VEREADORA – VÂNIA FERNANDES**, iniciou  
659 agradecendo a presença da representante do hospital e afirmou que a Câmara Municipal permanece  
660 de portas abertas para receber informações e esclarecimentos sobre os serviços prestados à  
661 população. Destacou que o espaço da Casa Legislativa é o local adequado para esclarecer dúvidas  
662 e promover o diálogo direto com a sociedade. Em seguida, pediu desculpas ao público presente,  
663 ressaltando que muitos deixaram seus compromissos para participar da audiência com o objetivo  
664 de obter respostas sobre a saúde do município. Observou que a audiência foi proposta justamente  
665 para possibilitar questionamentos e esclarecimentos, mas lamentou a ausência da secretária de  
666 saúde, afirmando que a população provavelmente saiu com as mesmas dúvidas ou até com novas.  
667 Por fim, incentivou a população a continuar cobrando e participando de futuras audiências  
668 públicas, reforçando que a Câmara está aberta para receber questionamentos e sugestões,  
669 encerrando com votos de boa noite a todos. **O VEREADOR – CARLOS EDUARDO**, iniciou  
670 parabenizando o presidente da Casa pela realização do requerimento e pela convocação da  
671 audiência pública. Lamentou que o momento não tenha ocorrido conforme o esperado pela  
672 população, em razão da ausência da secretária de saúde, e manifestou a expectativa de que seja  
673 agendada uma nova data, com a presença da secretária e do prefeito para prestar esclarecimentos.  
674 Também parabenizou a representante da APAMI pela presença e pela disposição em responder aos  
675 questionamentos conforme seu conhecimento. Encerrando, agradeceu a todos e desejou bênçãos e  
676 boa noite aos presentes. **O VEREADOR – JOSÉ ROBERTO**, iniciou agradecendo à  
677 representante da maternidade pela disponibilidade e pelo trabalho prestado, destacando que a  
678 profissional é reconhecida pela população pela atenção e pelos esclarecimentos prestados, embora  
679 tenha ressaltado a necessidade de melhorar o atendimento de alguns funcionários. Destacou a  
680 importância da maternidade para o município, evitando o deslocamento de pacientes para Caicó  
681 em situações de urgência, e prestou solidariedade e reconhecimento ao médico **DR. SESION**  
682 **WANDERLEY QUININO**, pelo atendimento e dedicação voluntária à população. Anunciou a  
683 destinação de recursos para a saúde municipal, informando a chegada de aproximadamente  
684 trezentos e oitenta e cinco mil reais (R\$ 385.000) para a área, incluindo uma van adaptada, além  
685 de cento e quatorze mil (R\$ 314.000) para aquisição de uma nova ambulância de maior porte,  
686 solicitada para melhorar o atendimento de urgência. Encerrando, desejou que os serviços da

687 maternidade e da saúde municipal continuem avançando em benefício da população. A  
688 **VEREADORA – ANA KARINNE**, que destacou a importância da audiência pública sobre saúde,  
689 ressaltando que o setor possui muitas demandas, avanços e falhas a serem solucionadas. Informou  
690 que seus principais questionamentos eram direcionados à Secretária de Saúde e ao Poder  
691 Executivo, motivo pelo qual não os apresentou naquele momento. Colocou-se à disposição da  
692 população para colaborar no que for de sua competência e enfatizou o trabalho que realiza  
693 diariamente junto aos cidadãos. Em seguida, agradeceu à representante da maternidade pela  
694 presença e pela forma como representou a instituição, registrando emocionalmente e com  
695 reconhecimento pessoal, pelo atendimento prestado à sua saudosa mãe **FRANCISCA MACÊDO**,  
696 especialmente em momento de necessidade, manifestando gratidão e admiração. **O VEREADOR**  
697 **– JAIRO FLAUZINO**, consultou o plenário sobre uma pergunta de uma cidadã que não havia  
698 feito anteriormente para saber se todos concordavam, em seguida foi aberto o espaço para a Sr.<sup>a</sup>  
699 **LÚCIA BATISTA**, que direcionou a sua pergunta aos Vereadores **JAIRO FLAUZINO E JOSÉ**  
700 **DE ARIMATÉIA**, a cidadã relatou que aguarda há quase um ano pela realização de um  
701 procedimento pelo SUS, informando que sempre recebe a orientação de que está próxima na fila,  
702 mas sem efetivação do atendimento. Destacou que já realizou, com recursos próprios e sacrifício  
703 financeiro, todos os exames necessários, restando apenas o procedimento, cujo custo ultrapassa  
704 seis mil reais (R\$ 6.000), valor que não possui condições de pagar. Diante da situação, fez um  
705 apelo aos vereadores e às autoridades de saúde para que auxiliem na viabilização do procedimento  
706 pelo SUS, ressaltando a necessidade de apoio e atenção ao seu caso. A cidadã buscou uma resposta  
707 para solução que necessita de urgência do procedimento. **O VEREADOR – JOSÉ DE**  
708 **ARIMATÉIA**, afirmou conhecer a situação e a gravidade do problema de saúde da cidadã,  
709 relatando que já buscou alternativas em diferentes locais para viabilizar a cirurgia. Informou que  
710 ainda fará uma nova tentativa junto a uma pessoa que considera ter influência para ajudar na  
711 resolução do caso e demonstrou confiança de que obterá apoio. Acrescentou que, caso não consiga  
712 viabilizar o procedimento por essa via, comprometeu-se a buscar outras formas de arrecadação,  
713 como a realização de uma rifa, com o objetivo de ajudar a custear a cirurgia. **O VEREADOR –**  
714 **JAIRO FLAUZINO**, ressaltou sua satisfação em ver a atitude do vereador **JOSÉ DE**  
715 **ARIMATÉIA**, em se dispor a ajudar a não só a cidadã que se apresentou, como também a outras  
716 pessoas. **O VEREADOR - JAIRO FLAUZINO**, respondendo o questionamento da cidadã  
717 informou que, esclareceu que a cirurgia mencionada é de alta complexidade e, portanto, de  
718 competência do Estado. Explicou que, em alguns casos, a solução ocorre por meio de  
719 judicialização, obrigando o município a custear o procedimento, ou por meio de convênios  
720 firmados entre a gestão municipal e hospitais ou clínicas particulares. Informou que todos os  
721 vereadores destinaram parte das emendas impositivas para exames e procedimentos de média e  
722 alta complexidade, ressaltando que a execução desses recursos cabe ao Poder Executivo. Destacou  
723 que os parlamentares indicam as emendas, mas a realização efetiva das ações depende da gestão  
724 municipal. Finalizou reconhecendo o esforço dos vereadores em ajudar a população, apesar das  
725 limitações individuais frente à responsabilidade do município. O vereador afirmou que sempre se  
726 dirigiu à convidada com respeito e profissionalismo, ressaltando que não concorda com a criação  
727 de narrativas que possam distorcer os fatos perante a população, destacando que a sociedade tem  
728 discernimento para compreender a situação. Finalizou agradecendo a presença da convidada. Sr.<sup>a</sup>  
729 **SÂNZIA LUCENA DANTAS**, pediu desculpas pelas perguntas que não conseguiu responder,  
730 destacando que se esforçou para esclarecer todas as que estavam ao seu alcance. Em seguida,  
731 agradeceu à sua equipe de trabalho, especialmente às técnicas de enfermagem que a acompanham  
732 há muitos anos, ressaltando a união do grupo e o empenho em solucionar os problemas. Finalizou  
733 agradecendo a todos e desejando boa noite. Agradeceu a presença de todos os participantes da  
734 audiência, a secretária e os vereadores, manifestando satisfação com a realização do evento. Nada  
735 mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a presente sessão, sendo esta ata lavrada para registro

736 dos fatos ocorridos. Após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Em seguida, o Presidente  
737 convocou todos os vereadores a se fazerem presentes na nona audiência (9ª) Sessão Ordinária que  
738 será realizada no dia vinte e três (23) de abril. Câmara Municipal de Vereadores de Serra Negra do  
739 Norte, quinze (15) de abril de dois mil e vinte e seis (2026).